

## **Previsões imprevisíveis em tempos de crise global: minha astrologia econômica para 2009 (e mais além)**

Paulo Roberto de Almeida

Salvo algum evento imprevisível, toda passagem de ano eu me dedico a abusar da paciência dos leitores – e da minha própria incompetência em prospectar o futuro imediato de maneira irônica – ao formular previsões impossíveis de se realizarem no ano que começa. Esta é, aliás, a única particularidade de meu exercício, que apenas se distingue dos esforços dos astrólogos profissionais pelo fato de estarem as minhas previsões orientadas para o que NÃO vai acontecer (ou, pelo menos, para o que **não deveria** ocorrer). No mais, meus “chutes” têm tanta chance de serem concretizados quanto os “chutes remunerados” dos cartomantes de jornais e revistas – com a grande vantagem de que os meus não pretendem alimentar ilusões em meus poucos leitores.

Alguns exemplos antecedentes de minha astrologia amadora podem ser conferidos nos textos seguintes: [“Sete previsões imprevidentes: minha ‘caixa de surpresas’ para o novo ano”](#), *Espaço Acadêmico* (n. 44, janeiro de 2005); [“Resoluções de Ano Novo: uma nova ‘caixa de surpresas’ para o ano que se inicia”](#), *Espaço Acadêmico* (n. 56, janeiro de 2006); [“Previsões para o ano da graça de 2007: sempre otimista quanto à sua impossibilidade”](#), *Espaço Acadêmico* (n. 68, janeiro de 2007) e [“Minhas previsões imprevidentes para 2008”](#), *Espaço Acadêmico* (n. 81, fevereiro de 2008). O mínimo que se pode dizer é que eu sou um embromador reincidente (mas não um ilusionista “barato”).

Neste ano, contudo, como corresponde a uma conjuntura de crise global, pretendo abordar nosso incerto futuro econômico, certo de que assim contribuirei para afastar os presságios e vaticínios pessimistas, os profetas do apocalipse e as aves de mau agouro. Uma importante autoridade chegou mesmo a dizer que tinha gente que estava torcendo para tudo dar errado só por motivos eleitorais, apostando então na recessão e no desemprego, desejando que a marolinha virasse um tsunami financeiro a ponto de provocar o retrocesso econômico e social do Brasil. Não sou um desses.

Longe de mim apostar na desgraça do país e no infortúnio econômico de nossa gente. Mas quero fazer minhas previsões imprevisíveis para 2009, levando em conta, como não poderia deixar de ser, a imprevisibilidade da atual crise econômica e a minha proverbial tendência a ironizar sobre as desgraças da vida e a especular sobre os imponderáveis da sorte, essa feiticeira volúvel, sempre bem-vinda numa loteria de futebol e amaldiçoada em matéria de temporais e trovoadas. Então, é com esse espírito que formulo estas previsões para os próximos meses:

### **1) A grande depressão de 2009 vai ser ótima..., pelo menos para os marxistas e os historiadores econômicos.**

Nem todo mundo vai sofrer com a crise global, já comparada por muitos à sua distinta antecessora dos anos 1930, da qual se pretende que esta não seja pior em seus efeitos, nem mais delongada em sua duração. Aquela, sem dúvida, deixou saudades, se ousar dizer, pois todos falam dela com alguma reverência respeitosa, quando não com alguma pontinha de inveja: se os nossos avôs tiveram a grande chance, se não a duvidosa “felicidade”, de viver uma crise *full scope*, de dimensões hollywoodianas, por que nós seríamos privados de ter a nossa própria, tão destruidora de empregos e tão nefasta para os negócios quanto aquela, grandiosa, paradigmática, exemplar, quase em *technicolor*?

Pois bem, já temos a nossa, e espero que não nos arrependamos deste nosso desejo secreto de reproduzir, pelo menos uma vez na vida, um evento de proporções bíblicas, tão devastador quanto um tsunami e de conseqüências tão vastas quanto as sete pragas do Egito antigo. Não tenho certeza de que estejamos, ainda, na primeira delas; mas valeria, em todo caso, fazer um seguro preventivo para as outras seis.

Mas eu dizia que nem todo mundo vai sofrer, e acho que já vislumbro uma tribo de irrecuperáveis difamadores do capitalismo, na qual alguns abrem um grande sorriso de satisfação, esfregam as mãos de contentamento marxo-leninista e, piscando um olho malicioso, cutucam o colega acadêmico: “Eu não disse? Eu não tinha dito a vocês que o capitalismo carrega as sementes de sua própria destruição, que as suas contradições inconciliáveis vão precipitar a derrocada de todo o sistema e precipitá-lo no segundo círculo do inferno?”

É isso mesmo: marxistas ingênuos e historiadores espertos estão tirando proveito (mas às nossas custas?) desta crise, vendendo profecias há muito esperadas e proferindo vaticínios que soam como demonstrações de inevitabilidade histórica. Todos eles vão ser muito requisitados pelos jornais, rádios e TVs, explicando aos desempregados incrédulos que tudo aquilo estava, de certa forma, determinado pelo próprio DNA do capitalismo e que essas crises são tão certas quanto 2 e 2 são 3 (*ops*).

Bem, ao menos para alguma coisa servem esses detratores do sistema, esses contadores de eventos do passado, ainda que seja para deformar o sentido da história e “explicar” coisas que nunca ocorreram, como por exemplo: a de que Keynes e o New Deal de Roosevelt “salvaram” o capitalismo; a de que, se não fosse a ajuda estatal, todo o sistema teria desmoronado como um castelo de cartas e que os mercados são incapazes de se corrigirem a si mesmos (mesmo que eles estejam o tempo todo fazendo exatamente isso, só sendo impedidos de fazê-lo pela ação interventora e intempestiva dos Estados, que prolongam a agonia da recuperação, ao iniciarem um errático e confuso processo de ajuda indecisa às vítimas do sistema, distribuindo benesses a ricos banqueiros e algumas migalhas aos pobres, o que retarda a auto-correção pelos mercados).

Mas deixemos os professores de história e os marxistas desempregados conquistar os seus 15 minutos de fama e de glória, e vamos torcer para que eles tenham uma nova oportunidade de assistir a mais uma crise ainda nesta vida. Nós, pelo menos – que corríamos o risco de ter de escrever nossas memórias sem ter o prazer de assistir a uma boa crise devastadora –, já podemos ficar tranquilos e nos deleitarmos com as belas histórias e os terríveis vaticínios de uns e outros. Que venha a próxima!

## **2) Ainda vamos ter saudades de 2008-2009, pela tranquilidade fiscal e pela inflação baixa.**

O brasileiro estava quase se acostumando (mal) a não ter de conviver com a inflação de novo e de não mais assistir àquele espetáculo grandioso de governos quebrando, pronunciamentos graves na TV anunciando um iminente pacote de estabilização, fazendo recomendações sensatas para apertar os cintos e para vigiarmos novamente listas de preços e orçamentos domésticos. Pois aqui vamos nós outra vez, graças à irresponsabilidade fiscal do governo, a seu ímpeto gastador, sua generosidade com os vizinhos e funcionários públicos (às custas de nossos impostos), vamos ter de novamente conviver com fantasmas do passado (que podem ser do futuro, também).

Para não desmentir nossa extraordinária capacidade em voltar para trás, pelo menos uma vez a cada geração, teremos um “repeteco” de filmes em preto e branco, som quase inaudível, de

péssima qualidade técnica e com atores deploráveis: é a boa e velha crise de volta, com desvalorização, desemprego, depressão e desencanto; enfim, o espetáculo dos fatídicos “ddds”, que tanto fizeram a glória, em outros tempos, de economistas financeiros e de funcionários de terceiro escalão do FMI. Vemo-nos em face do velho espetáculo de volta: nada como um bom pacote de ajuda externa e um outro pacote de aumento de impostos.

Também, quem dera? Por que o governo não fez economias na época de vacas gordas e escolheu, ao contrário, gastar tudo o que arrecadava e até um pouco mais? Quem mandou pensar que o ciclo ascendente e as gordas taxas de crescimento (nem tão gordas assim, para nós) eram eternas? Quem disse que era para apostar na bonança interminável? Como fomos acreditar no moto perpétuo econômico e na cornucópia inesgotável? Os pessimistas de sempre podem ao menos dizer, na companhia de marxistas e historiadores: “Eu não disse?”

Algo de bom têm essas crises: elas nos lembram a fragilidade inerente aos ciclos econômicos e o eterno retorno da velha série de equívocos de nossa cultura econômica e de nossa gestão apenas humana dos assuntos públicos: sim, somos capazes de repetir bobagens já cometidas no passado, algumas delas mais de uma vez (e os argentinos, repetem os mesmos e repetidos equívocos várias vezes seguidas...).

### **3) Uma virtual paralisação das corporações sindicais e dos movimentos sociais.**

Tudo tem o seu lado bom, é preciso novamente lembrar: pelo menos os bancários e os motoristas de ônibus vão parar de infernizar nossas vidas com suas greves anuais, e os pedintes habituais do dinheiro público vão (pelo menos se espera) tomar um “chá de simancol” e refrear seus impulsos esmoleiros com base em nosso dinheiro. Claro, teremos o velho inferno das greves no setor público, as universidades federais vão continuar paralisadas e ineficientes na indiferença geral, as filas do INSS e dos caminhões nos portos vão continuar longas e lentas. Mas, pelo menos no setor privado, vamos ser privados (se me permitem a redundância) de novas perturbações.

De fato, essas crises pelo menos refreiam o ânimo grevista de muitas categorias de trabalhadores, diminuem a belicosidade dos líderes sindicais e acalmam o espírito reivindicatório de muitos movimentos sociais (os sem-isso e sem-aquilo), que em tempos “normais” costumam mamar nas tetas generosas do Estado (pelo menos neste governo). Claro: o MST vai continuar invadindo fazendas produtivas e prédios públicos, talvez até com renovado entusiasmo depredatório, já que isto faz parte do seu DNA neobolchevique. Mas isso também é esperado: para que serve uma boa crise se ela não vem com o seu cortejo de manifestações embandeiradas, gritos retumbantes, palavras de ordem aguerridas, toda uma *mise-en-scène* guevarista que encanta universitários primeiro-anistas, que dão trabalho a fotógrafos e redatores de jornais? Estaremos bem servidos, tenham certeza disso...

### **4) Alguma hesitação antes da volta, em grande estilo, do capitalismo de Estado.**

Como convém a tempos bicudos, os keynesianos improvisados já têm o seu receituário pronto para sair da crise: um pouco de ajuda pública aqui, um socorro financeiro acolá, um programa de nacionalizações apressadamente costurado, enfim, o velho menu de medidas anticíclicas que se acreditava já gastas por uso e abuso e por pouca eficácia relativa. Não importa se elas produzem poucos efeitos práticos e se, na maior parte dos casos, acabam provocando, justamente, efeitos contrários aos pretendidos, segundo a velha lei das conseqüências involuntárias. O importante não é resolver o problema, e sim dar a impressão de que se está fazendo alguma coisa, qualquer coisa. A palavra de ordem é essa mesma: manter o movimento, ainda que se permaneça no mesmo lugar, justo para transmitir a imagem de um

governo ativo, preocupado com a sorte das pessoas e com o futuro das velhinhas desamparadas.

Não, nem vou repetir as receitas-milagre dos keynesianos imaginários, pois seria enfadonho retomar as mesmas bobagens que vemos praticadas a décadas, quase que num *continuum* de ativismo governamental que assistiu, em todas as partes do mundo, à elevação regular e constante da carga fiscal, de menos 10% do PIB em tempos verdadeiramente keynesianos, para praticamente a metade do PIB nos dias que correm. E alguns ainda dizem que tem Estado de menos e que é preciso operar algumas “correções macroeconômicas” para ajustar o novo patamar de receitas públicas às responsabilidades acrescidas do Estado de bem-estar social, com a preservação do “equilíbrio geral da economia”, na linguagem pretensiosa dos novos keynesianos.

O mais provável, portanto, é que tenhamos a volta gloriosa do capitalismo de Estado, saudado como salvador do sistema e redentor do próprio capitalismo. Não soa irônico que o capitalismo tenha de ser salvo de seus próprios instintos suicidários? Na verdade, eu nunca vi um modo de produção praticar eutanásia, mas tem gente que acredita nisso, desde o velho Marx até seus mais recentes discípulos. Lênin disse uma vez – mas ele é certamente suspeito – que os capitalistas venderiam a própria corda que iria enforcá-los, o que, como estratégia de negócios, combina com os instintos mercantilistas do sistema, mas talvez não faça parte das estratégias individuais de cada capitalista em particular. O mais irônico é que, no caminho dessa salvação, o capitalismo acaba pagando uma taxa de serviço – depois incorporada nas receitas gerais do Estado – para que este o salve de si mesmo. Surrealista, não é mesmo?

Qual o prognóstico disso tudo? Nenhuma novidade, para ser mais exato, apenas *more of the same*: a crise vai refluir, mais cedo ou mais tarde, mas o Estado terá abocanhado mais uma porção da riqueza social, da qual ele não mais pretende se desfazer em tempos normais. Querem apostar comigo que será assim?

##### **5) Um último alívio orçamentário, antes do estrangulamento do investimento público, dada a voracidade do funcionalismo, em todos os níveis.**

Como para provar que alguns sempre se saem bem, mesmo na desgraça da maioria, não deve haver nenhuma dúvida de que uma categoria especial de cidadãos abnegados estará melhor depois do que antes da crise: a valorosa classe dos funcionários públicos, aqueles cuja produtividade exemplar mais do que duplica os salários, em total descompasso com o que se passa no setor privado, e que, ainda por cima, gozam (o verbo é mais do que apropriado) de plena estabilidade em toda e qualquer circunstância.

De fato, o primeiro sinal de uma crise, depois da quebra nos mercados e da falência de uma ou outra instituição financeira, é o desemprego setorial, que pode virar desemprego maciço se a crise se prolonga e adquire um caráter sistêmico. Servidores públicos estão, para todos os efeitos práticos, isentos desse temor, o que lhes confere uma grande vantagem no mercado de trabalho. Além disso, eles desfrutam, como é sabido, de salários que se situam, em média, num patamar que representa o dobro daquele ocupado pela mesma categoria de trabalhadores do setor privado. Salários do funcionalismo, ao lado de outros gastos correntes dos três poderes nos três níveis da federação, constituem hoje o essencial das despesas públicas, deixando pouco espaço para os investimentos, que constituem uma parte ridiculamente pequena do PIB.

Não é estranho, nessas condições, que a taxa de crescimento do país seja uma das menores dos países emergentes. Possivelmente – e esta é uma previsão previsível – essa taxa vai continuar reduzida, enquanto os gastos públicos continuarem anormalmente concentrados nos

gastos correntes, numa proporção sempre crescente do orçamento anual. Das duas outras componentes do orçamento público, despesas previdenciárias e serviço da dívida pública, esta última parece ser a única que pode de fato ser diminuída, caso haja uma decisão política de fazê-lo. Bastaria o governo ajustar suas despesas ao nível real das receitas, parar com a ficção do superávit primário e empreender uma reforma séria da previdência.

A rigor, esse “bastaria” é praticamente impossível – e esta é uma previsão previsível, também – o que nos leva a concluir que o futuro do crescimento brasileiro não tem futuro, apenas passado. A carga fiscal no país, tendo em vista as despesas já encomendadas, crescentes e válidas pelas próximas décadas, tende a ultrapassar a barreira dos 40% do PIB em poucos anos, mantendo-se num patamar elevado pelo futuro previsível. A previsão imprevisível, portanto, é a do crescimento econômico e a do aumento da renda disponível e dos níveis de bem-estar para a população brasileira.

#### **6) Um bêbado equilibrista, antes da degradingolada previdenciária.**

Justamente, se há alguma certeza nas contas públicas brasileiras é a de que os gastos previdenciários vão aumentar continuamente pelos anos e décadas à frente, por uma simples razão populacional, ao alcance do entendimento de qualquer pessoa medianamente educada em tendências demográficas e em problemas fiscais. Para evitar o colapso do sistema, algumas decisões duras teriam de ser tomadas, como a extensão dos prazos de contribuições, a redução dos regimes especiais ainda em vigor – como o tratamento mais favorável ao público feminino – e a imposição de limites tanto em termos de idade para aposentadoria (elevando-a na razão da esperança de vida) quanto para os tetos dos pagamentos efetuados (sendo que algumas categorias dispõem de rendas anormalmente elevadas, talvez amoralmente inaceitáveis para a renda geral da população não protegida nessa forma).

A deterioração tem sido constante e regular desde muitos anos, a despeito de qualquer maquiagem contábil que se possa fazer quanto ao que seja, efetivamente, a parte das retribuições previdenciárias e a parte das alocações sociais, consideradas aceitáveis no plano moral, independentemente da inexistência de contribuição prévia. Quaisquer que sejam as justificativas de políticos e sindicalistas para a manutenção do sistema atual, uma coisa precisa ficar clara desde já: ele não é apenas financeiramente insustentável, qualquer que seja a forma de apresentação dessa contabilidade; mas ele é, também, moralmente indefensável, tendo em vista as distorções previdenciárias já acumuladas e em processo de aprofundamento.

O Brasil, aliás, já exhibe os mesmos gastos previdenciários, em proporção do PIB, do que um país demograficamente envelhecido, como a Alemanha. Pode-se imaginar que, se isto está ocorrendo agora, o que acontecerá com as contas públicas dentro de 15 ou 20 anos, quando a população de aposentados deverá praticamente dobrar? Pretende-se colocar os idosos para trabalhar novamente? A continuar essa trajetória de bêbado equilibrista, o caminho só pode conduzir ao colapso total do sistema num futuro previsível. A próxima geração – se já não for a nossa, mesmo – já sentirá os efeitos da derrocada do equilíbrio instável no qual vivemos hoje.

#### **7) Saudades do Mercosul e de uma América do Sul unida.**

Houve uma fase da integração regional, agora perdida nas brumas do tempo, em que os discursos integracionistas dos líderes dos países engajados nesses processos queriam efetivamente representar o que eles estavam afirmando. Embora se deva descontar algum excesso de retórica, não é difícil encontrar os registros de discursos que estavam razoavelmente conciliados com a prática dos países: a força motora dos processos se apoiava no desgravamento tarifário, no desmantelamento de barreiras aduaneiras e na abertura geral e

recíproca das economias aos fluxos de bens, serviços e outros fatores de produção, senão a mão-de-obra, pelo menos os capitais (sob a forma de investimentos diretos, em grande parte).

Atualmente, quando se observa o panorama regional com binóculos ou lentes de aumento, a constatação parece ser a mesma: não existem mais discursos unificados em favor da integração, não, em todo caso, os que sejam seguidos de medidas práticas que representem, efetivamente, aquele conjunto de iniciativas que redundavam no aumento do comércio e na intensificação dos laços econômicos. Existem, certamente, iniciativas tomadas para a integração; mas elas se situam, em sua maior parte, no terreno político, social, cultural, educacional ou em vários outros terrenos, menos no que deveria efetivamente contar para dar a sustentação material a todos esses passos pretensamente integracionistas.

O que se observa, ao contrário, são renacionalizações, adoção de barreiras tarifárias e paratarifárias ao ingresso dos produtos dos vizinhos, um nacionalismo exacerbado e fora de época, assim como uma forte retórica anti-imperialista que se assemelha, muito de perto, ao *déjà vu* dos anos 1960, ou seja, repetem chavões gastos pelo tempo e absolutamente irrelevantes em face das novas realidades econômicas do continente. Seria constrangedor, se não fosse simplesmente patético, contemplar todos esses exercícios de integração estatal e de comércio administrado entre uns poucos países que pretendem, assim, restabelecer não se sabe bem quais princípios dos grandes “próceres da independência” – Bolívia à frente –, convertidos em pioneiros de um marxismo revolucionário e de um anti-imperialismo precoce que só existe na cabeça de quem formula essas hipóteses.

As iniciativas tomadas por esses países – ao lado de outros mais sensatos ou simplesmente mais realistas – são, objetivamente, anti-integracionistas e a suposta coesão de ideais entre eles só consegue se exprimir de um modo negativo, na rejeição agressiva de uma suposta ameaça imperial e no controle cada vez mais estrito de toda e qualquer atividade econômica pelo velho ogro estatal. O que parece mais incrível – ao lado, obviamente, dessas invectivas contra o neoliberalismo que são absolutamente vazias de conteúdo, quanto desprovidas de qualquer sentido de realidade – é que a experiência passada do continente já tinha testado e derrotado essas idéias exóticas de administração econômica, baseadas num emissionismo irresponsável, daí criando um inflacionismo renitente, seguido do tabelamento generalizado de preços, que por sua vez provoca queda na produção de todos os setores, refletida na escassez da oferta e em novo aumento da inflação, fuga de capitais, desvalorização acelerada das moedas, enfim, um filme a que já assistimos várias vezes no passado e que nunca termina bem.

Ao observar, simplesmente, o Mercosul e ao reler as promessas contidas no artigo 1º do Tratado de Assunção, fica difícil recusar a impressão de uma marcha para trás, de uma involução que tornou vazia a idéia de livre comércio e totalmente sem sentido o conceito de união aduaneira (para nada dizer do objetivo aparentemente inatingível do mercado comum). A despeito da superação dos surtos de hiperinflação dos anos 1980 e início dos 1990, podemos, talvez, sentir saudades daqueles tempos nos quais as promessas dos líderes eram seguidas de medidas concretas na direção da integração. Estaríamos assistindo à desintegração do continente?

### **8) Esclerose terminal na educação, graças ao sindicalismo docente.**

Todas as pesquisas de desempenho escolar, em diversos níveis, vêm exibindo um quadro desolador: a cada ano, os resultados dos alunos do primário e do médio – e talvez até mesmo do terceiro ciclo – costumam ser ainda piores do que aqueles registrados no ano anterior. O mais incrível não é exatamente o quadro de horrores no campo da qualidade do ensino; é a complacência de todos os envolvidos nessa área.

Alguns meses atrás, uma revista de grande circulação nacional – detestada pelos círculos que se comprazem no “nunca antes”, nos “quinhentos anos de atraso” e no “outro país possível” – trazia um estarecedor consenso entre pais, professores e alunos, como constatado em pesquisa nacional: todos eles achavam que a escola que seus filhos frequentavam e o ensino que recebiam era de boa qualidade. O trágico está aí mesmo: as pessoas sequer têm consciência de quão calamitosa é a qualidade da educação recebida pelas crianças e jovens nas escolas públicas e privadas do país, com poucas diferenças entre elas.

Esse quadro desolador não se deve, paradoxalmente, à falta de dinheiro – embora se possa dizer que, nessa área, nunca é demais abundância de meios – para as instituições encarregadas do ensino, como tampouco aos salários baixos dos mestres do sistema público (que, na média, ganham mais do que os do setor privado). Ele se deve inteiramente – e isso deve ser repetido com todas as letras – a que os professores são simplesmente despreparados, quando não ignorantes. Aqueles que se esforçam, no sentido de transmitir aos alunos algum conhecimento real, se deparam com normas e diretrizes tão absurdas quanto surrealistas. O ensino está lotado de coisas inúteis e carente das “partículas elementares” de todo ensino de qualidade em qualquer país: um bom conhecimento da língua pátria, matemáticas básicas e ciências fundamentais. Em lugar de se concentrar naquilo que é essencial, as pedagogas do MEC ficam inventando coisas inúteis, combinadas a uma ideologia subdesenvolvida, quando não racistas ou puramente compulsórias, em lugar de privilegiar a flexibilidade dos currículos: estudos afro-brasileiros mesmo para os descendentes de europeus, a obrigatoriedade de espanhol e de sociologia e filosofia para crianças e jovens que mal dão conta de aprender o que é verdadeiramente importante.

Um pouco como na França, qualquer reforma do sistema educacional se revela francamente impossível. Ao menor sinal de remuneração por mérito e premiação por resultados, os sindicatos dos professores se levantam gritando a isonomia. Não há nada que possa ser feito com ou contra os professores: o sistema está simplesmente bloqueado. A não ser, claro, para aumentos de salários e novas vantagens paralelas. A previsão aqui é, também, totalmente previsível: vamos continuar afundando na mediocridade educacional e na deterioração do desempenho escolar. Não há segredo nesta previsão: ela se desenrola sob nossos olhos todos os dias...

Bem, para não agregar ao pessimismo desta minha astrologia amadora, deixo de lado qualquer comentário sobre a conjuntura econômica e sobre os efeitos de uma crise que ainda desenvolveu todas as suas potencialidades (se ousar dizer). O cenário provavelmente vai piorar, antes de começar a melhorar, como prevêem os realistas (que nisso não pecam por modéstia nas previsões). A verdade é que ninguém sabe até onde vai o desastre iniciado lá atrás, com a irresponsabilidade do Federal Reserve dos EUA (e não com os especuladores do mercado, como muitos pensam). Mas para não dizer que nunca faço alguma previsão “previsível”, em lugar dessas “imprevisíveis”, vou formular aqui uma expectativa que considero como certa no terreno econômico, e isto na negação de recente análise feita pelo ex-ministro Pedro Malan a propósito da melhor maneira de enfrentar a crise atual.

Em um dos textos que constam do livro coordenado por Edmar Bacha e Ilan Goldfajn (editado pelo *think tank* Casa das Garças), *Como Reagir à Crise?: Políticas Econômicas para o Brasil* (Rio de Janeiro: IEPE-CDG, 2008), Malan afirma que a “questão central hoje”, para vencer a crise, “é a contenção da expansão do gasto público corrente do Governo e a redução da excessiva vinculação legal de receitas a determinados tipos de gastos”. E ele acrescenta logo em seguida: “Este é o único caminho, já que não é mais possível aumentar a carga tributária, nem permitir a volta da inflação como mecanismo de financiamento do Governo,

nem aumentar muito a dívida pública, e nem reduzir ainda mais o investimento público, hoje de menos de 2% do PIB.” ([Pedro Malan, “Aonde queremos chegar”, in Bacha-Goldfajn, op. cit, p. 9](#))

Pois bem, sem querer desmentir o ex-ministro quanto ao acertado de seus argumentos, vou me permitir apostar em todas as hipóteses contrárias: é, sim, possível aumentar a carga tributária, posto que o governo, *with a little help from his friends* da sua base no Congresso, o faz continuamente, tanto pela criação de novos subterfúgios impositivos, quanto pela melhoria da fiscalização e conseqüente “extração” tributária; sim, é possível criar inflação, pela expansão exagerada do crédito, em ritmo superior ao do aumento da oferta, mas o objetivo do governo pode ser, sim, pagar suas dívidas em moeda desvalorizada; sim, é possível aumentar ainda mais a dívida pública, pois o governo acha que ela ainda é baixa pelos critérios de Maastricht (que a limitam a 60% do PIB, quando o Brasil tem, pelo conceito líquido, uma dívida abaixo de 40%); finalmente, é, sim, possível, reduzir ainda mais o investimento público e é exatamente o que vai ocorrer, pois que os gastos já encomendados com salários do funcionalismo, com criação de cargos públicos e a expansão desmesurada da máquina pública se revelam incontornáveis (e constitucionalmente irreduzíveis para os funcionários).

Exercendo, portanto, o meu direito a pelo menos um “chute” no terreno da “astrologia econômica”, ousou afirmar, assim, que teremos, sim, uma combinação dos quatro elementos acima indicados ao longo de 2009 e no decorrer de 2010, quando as conveniências eleitorais passarão muito acima da racionalidade econômica. Esta será, provavelmente, a “herança maldita” que o governo Lula deixará ao seu sucessor, qualquer que seja ele. A História julgará se estou errado e o julgará por essa herança.

Enfim, não quero estragar o começo de ano de ninguém e por isso deixo para uma próxima oportunidade comentários em maior grau de detalhe sobre a atualidade econômica. Nem por isso deixo agora de desejar um bom 2009 a todos os meus cinco leitores...

PS: Como sempre, seria o caso de rever, no final do ano, as promessas aqui feitas, para constatar, uma vez mais, quão inúteis elas são, ou foram, em matéria de astrologia política. Nesse terreno, meu caro leitor, recomendo a você ficar mesmo com aqueles horóscopos fajutos de jornal: eles são infinitamente mais rápidos de ler do que estas minhas “previsões” aborrecidamente pessimistas e, pelo menos, eles sempre destilam um sentimento de otimismo que deixa cada um contente, ao “verificar” que os seus desejos por amor, dinheiro e prestígio serão, pelo menos em parte, satisfeitos, sem que se precise fazer qualquer coisa de muito difícil...